

ATA RESUMIDA DA 515ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 27 DE SETEMBRO DE 2004.

1) DATA E PRESENÇA

Dia vinte e sete de setembro do ano dois mil e quatro, com início em segunda convocação, às vinte horas e trinta minutos, tendo assinado a lista de presença cento e sessenta e oito Conselheiros.

2) MESA DIRETORA

Presidência: Paulo Cesar de Arruda Castanho
Vice-Presidência: Luiz Eduardo do Amaral Cardia
Primeira Secretária: Dulce Arena Avancini
Segunda Secretária: Paulo Roberto Taglianetti
Terceira Secretária: Maria Luiza Porto Ferreira Braga

3) ABERTURA DOS TRABALHOS

Presidente – Declarou instalada a reunião. Em seguida, determinou a execução do Hino do Clube.

- É executado o Hino do Esporte Clube Pinheiros

4) EXPEDIENTE

Posse de Suplentes convocados.

Presidente – Convidou para tomar posse os Srs. Werner Fischer, Suplente do Grupo A, Maura Ribeiro Albien, Arnaldo Nogueira Muchon, José Luis de Toledo Barros e Maria Helena Cruz McCardell, Suplentes do Grupo B convocados para a reunião.

Maura Ribeiro Albien - Convidada pelo Sr. Presidente, leu o Compromisso de Posse, tendo sido acompanhada na leitura pelos demais.

Presidente - Declarou empossados no cargo de Conselheiro os Associados supra.

Comunicações da Mesa, da Diretoria e dos Conselheiros, bem como propostas de caráter cívico, votos de pesar e de júbilo.

Presidente – Submeteu ao plenário e foram aprovadas as seguintes proposições: votos de pesar: 1) de iniciativa da Mesa do Conselho: a) pelo falecimento da Sra. Daisy Arena Arantes, irmã da Primeira Secretária Dulce Arena Avancini; b) pelo falecimento do Sr. Alexis Lostchinin, ex-Conselheiro e ex-Membro do Centro Pró-Memória Hans Nobiling, subscrevendo este voto os Conselheiros Luiz Ernesto Machado Kawall, Dulce Arena Avancini e Ayrton Orsi; c) pelo falecimento do Sr. Roberto Salles Cunha, ex-Vice-Presidente do Conselho; votos de louvor de iniciativa da Comissão de Esportes, a destaques esportivos das seções de Atletismo, Bolão, Ginástica Olímpica, Natação, Pólo Aquático, Saltos Ornamentais, Tênis, Voleibol e Xadrez, conforme relação distribuída com a convocação; votos de congratulações: 1) de iniciativa da Comissão de Veteranos: a) ao Conselheiro Nelson Keffer Marcondes Machado, Diretor Adjunto Social, pela organização da Noite do Queijo e Vinho; b) ao Conselheiro Synésio Alves de Lima, Diretor Social, pela realização do Jantar do 105º Aniversário; c) ao Conselheiro Edgard Ozon, Vice-Presidente da Diretoria, pela organização dos festejos do 105º aniversário do Pinheiros; d) ao Conselheiro Luiz Ernesto Machado Kawall, Presidente do Centro Pró-Memória Hans Nobiling, pela sinalização na alameda principal, com cartazes alusivos à história dos 105 anos Clube; 2) de autoria dos Conselheiros Luiz Ernesto Machado Kawall e Dulce Arena Avancini, ao Conselheiro João Benedicto de Azevedo Marques, que está completando 40 de anos de mandato no Conselho; votos de pronto restabelecimento propostos pela Mesa do Conselho, aos Conselheiros João Bacchin Neto, Roberto Gasparini e Andrea Amato, que se encontram afastados para tratamento de saúde.

Primeira Secretária - Colocou à disposição dos Conselheiros para consulta na Secretaria, o relatório A.V.O. (Análise da Variação Orçamentária) de julho deste ano e o Balanço Patrimonial do Clube em 31/08/2004. Comunicou que Presidente do Conselho, com fundamento no inciso III, do Art. 19, do Regimento Processual Disciplinar, determinou o arquivamento das Representações nºs 91, 92 e 119/03, de interesse dos Conselheiros Beatrice Mira Chrystman, Marcelo Grassi e Sérgio Martins Veiga e da Associada Rosália Reale da Luz.

José Manssur – Referindo-se à exposição “Arte no Tatame”, realizada pelo Centro Pró-Memória Hans Nobiling, propôs votos de congratulações com o Conselheiro Luiz Ernesto Machado Kawall, seu Presidente, e a Museóloga Yara Rovai, responsáveis pelo trabalho magnífico. Votos aprovados.

Gesualdo Di Nieri – Em nome dos freqüentadores do Bar da Piscina e em seu próprio, propôs voto de louvor ao Presidente da Diretoria, Antonio de Alcântara Machado Rudge, por ter se comprometido e mantido aberto o Bar da Piscina nos sábados, domingos e feriados, durante o Inverno. Aprovado.

Nice de Lima – Propôs votos de louvor à Diretoria Cultural e Assessores da Área, pela apresentação do evento 8º Grande Movimento da Dança, no último final de semana. Parabenizou o grupo de professores pelo excelente trabalho que vem realizado, e estendeu os cumprimentos a todas as escolas de dança que se apresentaram abrilhantando as comemorações do 105º aniversário do Clube. Votos aprovados.

Geraldo de Oliveira Couto – Propôs voto de louvor ao associado João de Martino Júnior, pela conquista do título de Campeão Brasileiro de Boliche da 4ª Divisão, no 19º Campeonato Brasileiro Individual de Boliche (Planet Bowling – São Paulo – 04 a 07/09/2004). Voto aprovado.

Roberto Cappellano – Propôs votos de louvor aos esgrimistas Marcelo Franco do Amaral Rohrs (6º lugar - categoria Cadete – Espada) e Bernardo Carlos Schwuchow (Vice-Campeão Sul-americano – Cadete – Espada), pelos resultados conquistados no Campeonato Sul-americano Cadetes e Juvenil (Lima – Peru). Votos aprovados.

Marcello Moraes Barros de Campos – Propôs os seguintes votos de louvor: 1) ao Diretor de Higiene e Saúde, Conselheiro Severiano Atanes Netto, extensivo à sua equipe de trabalho, que no último dia 18 realizou o Dia da Saúde no Esporte Clube Pinheiros. Elogiou palestra levada a efeito no dia 21, em continuidade à orientação dos associados a respeito do assunto; 2) aos atletas do Judô, pois no último domingo o Clube conquistou o título de Campeão, categorias Junior Masculino, Adulto Feminino de Adulto Masculino, no Torneio dos Beneméritos do Judô do Brasil; 3) às Equipes Feminina e Masculina de Atletismo, que conquistaram o título de Campeão e o 7º Lugar, respectivamente, na Maratona por Equipes/Revezamento, promovida pelo Grupo Pão de Açúcar; 4) aos aquapolistas da categoria Adulto Masculino, que conquistaram o título de Campeão da Taça Brasil (Curitiba – PR).

Carlos Roberto Sá de Miranda Bório – Solicitou menção ao Sr. José Guimarães, o qual qualificou como “um ícone da cidade de São Paulo”, não associado, há 35 anos vem tocando o “Pequeninos do Jockey”, entidade que consegue recolher crianças carentes, formando atletas de futebol, dentre

eles os pentacampeões José Roberto e o Júlio Batista. Esclareceu que José Guimarães formou uma verdadeira seleção brasileira infanto-juvenil, com os garotos carentes do “Pequeninos do Jockey” e dois pinheirenses (Guilherme Jatene Pinheiro Lima, neto da Conselheira Nice de Lima e filho do Conselheiro José Ricardo Pinheiro Lima, e Yuri Gorentzvaig), seleção esta que obteve quatro conquistas na Escandinávia, em julho deste ano: Campeã da Copa Helsink; Campeã da Dana Cup, na Dinamarca; Campeã da Norway Cup, na Noruega; e Campeã da Sandar Cup, na Noruega. Votos aprovados.

Reinaldo Pinheiro Lima – Associou-se ao voto proposto a José Guimarães, acrescentando tratar-se de um brasileiro que com poucos recursos conseguiu tantas glórias em países do primeiro mundo.

João Benedicto de Azevedo Marques – Propôs votos de congratulações com o Conselheiro Luiz Ernesto Machado Kawall, extensivo à Museóloga Yara Rovai e à equipe do Centro Pró-Memória Hans Nobiling, registrando fato de grande importância histórica em exposição de fotografias na alameda do Clube, por ocasião do 105º aniversário. Votos aprovados.

5) ORDEM DO DIA

Item 1 - “A Voz do Conselheiro”.

Waldir Lachowski – Leu relato do associado Milton Bigi, feito por carta dirigida à Diretora Cultural, Conselheira Maria Lucia Mazzei de Alencar, com cópia encaminhada ao Conselho em 06 de julho (c.p. 704). Em síntese, apesar de não querer cobrar nada de terem sido impostos inúmeros obstáculos, numa das últimas instâncias, uma funcionária da área, Maria Cecília, teria solicitado ao associado que, pelo fato dele não ser artista conhecido no Clube, procurasse alguém de renome para reforçar o chamariz para o seu show, sugerindo Hector Costita, pois tinha conhecimento que tinham se apresentado anteriormente juntos. Que Milton Bigi teria consultado Hector Costita, que concordou. Então teriam se sucedido outros óbices, todos satisfeitos porque as condições estavam preenchidas. Que dois dias após ter comunicado a Maria Cecília que poderiam se apresentar, Hector Costita teria recebido um telefonema de uma senhora chamada Priscila Paes, dizendo que ele estaria “furando o esquema” e que “o Pinheiros é território dela”, bem como pedindo a Hector um orçamento para uma apresentação de jazz. Comentou que na página final da Revista deste mês, por exemplo, sete vezes aparece o nome de Priscila Paes como intermediária de contratação de músicos para eventos no Clube. Desde logo,

esclareceu que Milton Bigi não tem mais interesse em se apresentar no Pinheiros; agora se preocupa em saber o que de fato ocorre nessa área. Pediu que a Diretoria se pronunciasse a respeito no prazo legal, comentando que isso não tem acontecido nos pedidos que tem feito ao Conselho.

Presidente – Informou que realmente havia recebido a correspondência do associado, e que reiteraria o pedido à Diretoria. Acrescentou que foi informado extra-oficialmente pela Diretora Maria Lúcia Mazzei de Alencar que foi instaurada uma sindicância para apurar os fatos relatados.

Alcides de Souza Amaral – Referindo-se aos serviços prestados pela Central de Atendimento, disse que um considerável número de associados possui ainda atendimento precário face à localização do setor, pois para atingi-lo é necessário subir dois lances de escadas; e mães com carrinhos de bebês, gestantes, deficientes e idosos não possuem as mesmas facilidades dos demais associados, inclusive porque não há rampa de acesso. Mesmo louvando o trabalho da Supervisora Cida e seu pessoal, ponderou que as condições físicas da Central necessitam de adaptação. Sugeriu que a Diretoria crie espaço exclusivo no térreo da Central de Atendimento – no mesmo nível ou local onde está hoje o Departamento de Recursos Humanos – para atendimento dessa população. Poder-se-ia começar com atendimento de período reduzido, estendendo-se para horário integral quando a utilização do “espaço exclusivo” for de amplo conhecimento dos associados. Aprovado o encaminhamento da solicitação à Diretoria

Maria Angélica Masagão Prochaska – Solicitou que a Diretoria estude a possibilidade de isentar do pagamento, ou abater em cerca de 50% o valor do estacionamento para atletas federados, que vêm ao Clube para treinar ou competir várias vezes na semana e aqui permanecem por muitas horas, e o custo dessa estadia está pesando no orçamento desses atletas. Comentou que o controle não seria tão difícil, pois bastaria comunicar os nomes dos atletas e os horários de treino às duas portarias do estacionamento, ou fornecer uma credencial como a utilizada pelos Conselheiros. Aprovado o encaminhamento da matéria à Diretoria.

Nelson da Cruz Santos – Solicitou à Diretoria que estude a possibilidade de melhorar a evacuação do Salão de Beleza, pois vistoriando o local verificou que existe uma pequena porta de acesso e saída, insuficiente em caso de emergência. Trata-se de local de grande frequência de associadas, em alguns horários existe acúmulo de pessoas lá dentro, além de se utilizar

secadores de cabelo, que gera grande quantidade de calor. Aprovado o encaminhamento da matéria à Diretoria.

Item 2 - Apreciação da ata da 514ª reunião extraordinária, realizada no dia 30 de agosto de 2004.

Presidente – Não havendo contestação, declarou a ata aprovada, conforme apresentada aos Conselheiros.

Item 3 - Apreciação do processo CD-29/2004 – Primeira discussão da proposta da Diretoria de alteração do Art. 18 do Estatuto Social.

Presidente – Esclareceu tratar-se de alteração do Art. 18 do Estatuto Social, para a permitir a emissão de títulos sociais, em substituição à perda de associados sem título.

Claudio Damasceno Junior – Levantou questão de ordem baseado no Art. 102 do Estatuto Social e no Art. 19 do Regimento do Conselho, que obrigam a audiência prévia das comissões permanentes, órgãos de assessoria do Conselho e da Diretoria, sobre assuntos de sua competência específica. Observou que a proposta apresentava uma explanação sobre os títulos sociais de várias modalidades, e ao final mencionava conseqüências de duas naturezas: quanto à perda de receita de contribuição social - natureza estritamente econômica e financeira; e sobre a receita para investimento. Como atual Vice-Presidente e ex-Presidente da Comissão Financeira, enfatizou que foi sábia a criação das Comissões Permanentes no Estatuto Social e no Regimento, bem como foi sábio estabelecer a obrigação delas serem ouvidas antecipadamente, porque as pessoas não têm a obrigação de conhecer questões de Saúde, como um Médico, de natureza de Engenharia, como um Engenheiro de modo geral, questões de natureza financeira como o pessoal afeito a essa área. Disse entender que naquele momento a Comissão Financeira tinha informações relevantes a prestar aos Conselheiros, para que fosse tomada uma decisão, sob pena de estarmos infringindo o Art. 19 do Regimento do Conselho e o Estatuto Social. Portanto, a matéria poderia ser mais bem instruída, receber a contribuição da Comissão Financeira, e aí, sim, ser submetida ao Conselho para debate e deliberação, dentro da sua função estatutária.

Presidente – Resolvendo a questão de ordem, informou que o assunto obviamente não foi submetido à Comissão Financeira porque, por enquanto,

a proposta não mencionava valores. Apenas na justificativa foram citados alguns valores, algumas perdas. Mas a proposta em si tratava de uma alteração do Estatuto Social. A emenda do Conselheiro José Edmur Vianna Coutinho, por exemplo, falava de Veteranos, e não foi remetida à Comissão de Veteranos. Se for aprovada a proposta de alteração do Art. 18, e a Diretoria vier pedir autorização para vender os Títulos que forem autorizados a emitir, aí, sim, como esse deverá abranger valor, prazo, a interferência na economia do Clube, etc, será enviada à Comissão Financeira também. Por enquanto, por se tratar de uma alteração estatutária pura e simples, sem menção a valores, foi encaminhada, única e exclusivamente, à Comissão Jurídica. E é assim que sempre foi feito aqui e assim será, e enquanto não envolver questão financeira, não irá para a Comissão Financeira. Consultado, respondeu ao Conselheiro José Manssur que a questão de ordem não seria discutida, porque já tinha sido resolvida e reiterou o fundamento da sua decisão.

José Manssur – Perguntou se não havia necessidade de dar cumprimento ao Art. 102 combinado com o Art. 19.

Presidente – Respondeu que não é competência da Comissão Financeira opinar sobre alteração de dispositivo do Estatuto Social e que a proposta não envolvia matéria financeira. A par de dar por resolvida a questão de ordem,

José Manssur – Diante da decisão do Sr. Presidente, desistiu de se manifestar.

Presidente – Inquirido pelo Conselheiro Ayrton Rodrigues Liberado se naquele momento seria votada a questão da exclusão da veteranice para os novos associados, respondeu que sim, pois fazia parte da emenda. Tendo o Conselheiro Vicente Mandia discordado que venda de título não envolvesse matéria financeira, observou que não se tratava de venda de título, e sim da outorga de poder ao Conselho Deliberativo para autorizar a emissão de títulos. Para vender os títulos a Diretoria terá que pedir ao Conselho. Daí sim, a proposta será enviada às Comissões competentes, inclusive a Financeira.

Vicente Mandia – Acatando a colocação do Sr. Presidente, dizendo que se opunha por acreditar que a discussão era muito ampla para se falar se existiam ou não valores financeiros envolvidos.

Presidente – Reiterou que por enquanto não existia matéria financeira. No futuro, se aprovada a proposta, aí, sim, haverá.

Alcides de Souza Amaral – Lendo a emenda que pretendia alterar o “caput” e criar parágrafos no Art. 25, entendeu que a aprovando o Conselho já estaria autorizando a venda.

Presidente – Esclareceu que pela proposta a venda terá que ser solicitada ao Conselho. Enfatizou a importância daquela discussão para que o plenário pudesse se convencer sobre como votar.

Tarcísio de Barros Bandeira – Concordando com o Sr. Vice-Presidente da Comissão Financeira, comentou que o processo estava extremamente mal informado. Perguntou: se a matéria não envolvia elementos financeiros, então para que por pendente se pendente é do futuro? Propôs que o processo fosse retirado de pauta, para que retornasse com subsídios atuariais, a fim de se conferir a veracidade dessas informações atuariais. Explicou que quando se fala na reposição de um número passado, e não se leva em conta que não houve mudança dos hábitos de frequência, está se fazendo um sofisma.

Presidente – Recebeu a proposta do orador. Perguntado pelo Conselheiro José Manssur sobre a possibilidade de desde logo se debater a emenda, respondeu que a matéria seria debatida como um todo.

José Manssur – Leu a redação atual do Art. 18 do Estatuto Social e a proposta de alteração formulada pela Diretoria, bem como leu a redação vigente do Art. 25 e a emenda que propunha sua alteração. Concluiu que a proposta da Diretoria encontrava-se bem limitada. Somente poderá alienar títulos, desde que autorizada a assim proceder pelo Conselho, que somente lhe outorgará essa permissão desde que previamente seja indicada a exata quantidade de títulos que ela pretende emitir, com a relação nominal precisa dos ex-contribuintes sem título, e que a emissão dos títulos autorizados obedeça à ordem seqüencial hoje existente, com o subsequente registro nos livros próprios. Referiu-se à justificativa apresentada pela Diretoria e ao trâmite regular do processo. Passou a tratar das duas emendas de autoria do Conselheiro José Edmur Vianna Coutinho, explicando detalhadamente a pretensão do proponente, entendendo que embora se pudesse enxergar na proposição uma parte supressiva e outra modificativa, na medida em que buscava criar nova disciplina na transferência de títulos, já prevendo quantidade certa e restringindo o acesso de adquirentes de tais títulos à categoria Veteranos, hipótese sequer cogitada pela proposta da Diretoria, tanto que fez constar a inovação em ambas as proposições formuladas, na principal e no pleito sucessivo, inclusive na hipótese de virem a ser aprovadas quaisquer delas, acabavam por alterar o Art. 6º, V do Estatuto Social, que sequer foi

contemplado na proposta original, como deveria ter ocorrido, na medida em que eventual aprovação da proposição do Conselheiro José Edmur implicaria em alteração de dispositivo para disciplinar a exceção pretendida, certo é que se tratava de uma proposição substitutiva, tal como definida no Art. 49 do Regimento Interno, porque alterava substancialmente a proposta principal. Sendo assim, não poderia prescindir de que fosse satisfeita a exigência da alínea “b” do Art. 44 regimental, ou seja, que estivesse subscrita por 20 Conselheiros, até mesmo em razão da relevância do tema de que cuidava. Lembrou da existência de precedente, recente no Conselho, que assim se decidiu quando da apreciação de emenda de autoria do Conselheiro Carlos Roberto Sá de Miranda Bório, à proposição da Diretoria de mudança do logotipo do Clube, em que o Sr. Presidente, monocraticamente, entendendo que a proposta visava à alteração do desenho alinhado pela Diretoria, considerou a emenda substitutiva da original. E, à míngua da inobservância regimental ora apontada, determinou fosse retirada da pauta. Preliminarmente, requereu fosse tomada a mesma decisão. Citando o Art. 102 do Estatuto e o Art. 19 do Regimento do Conselho, ponderou que a proposta de emenda do Conselheiro José Edmur adentrava fundamentalmente a matéria de competência da Comissão de Veteranos, que sequer foi ouvida. Concluindo enfatizou que não basta somente conhecer o Estatuto Social. Mais do que isso se impõe respeitá-lo, formando-se no espírito dos dirigentes e do corpo associativo a consciência da sua inquestionável imprescindibilidade para disciplinarmos a vida associativa. Nada, absolutamente nada compensa a ruptura da ordem institucional vigente em nossa instituição.

Marcello Moraes Barros de Campos (aparte) – Registrou que há duas reuniões manifestou sua preocupação quanto à necessidade de se dar uma solução para a questão dos Veteranos, inclusive com relação àqueles que venham a se associar ao Clube e para os associados que estão na expectativa de se transferir para essa categoria.

José Manssur – Observou que sua manifestação era de maior amplitude, pois abordaria também alguns aspectos formais e não de mérito, que se alinhava com o aparteante com relação ao tema, de que façamos estudos necessários para podermos enfrentar corajosamente a questão, como o Dr. José Edmur fazia naquele momento. Mas há dois tipos de vícios que temos de verificar na elaboração da lei, o formal e o material. No material, nada. No formal, entendia que uma emenda substitutiva vinda desacompanhada da assinatura de mais 20 Conselheiros, sem sequer um estudo da Comissão a que lhe interessa, não se encontra em termos para ser analisada pelo Conselho, que recebeu a matéria há dez dias.

Marcello Moraes Barros de Campos – Agradeceu.

José Manssur – Perguntado, esclareceu que havia citado o nome do Conselheiro Celso Hahne porque o respeita, como respeita Fernando Silva Xavier, João Benedicto de Azevedo Marques, José Edmur Vianna Coutinho, Roberto Luiz Pinto e Silva, Rubens Catelli, rendendo homenagens a todos que construíram a história do Clube, e porque costuma nominar aqueles que estão prestando atenção às suas palavras.

Claudio Damasceno Junior – Reportou-se à justificativa formulada pela Diretoria, falando especificamente sobre receita de contribuição social, redução de receita, receita para o Fundo de Investimento. E, adiante, apresenta um quadro com uma série histórica de 1994 até 2005, com valores diminuindo ao longo do tempo. Essa tabela, que tinha visto em reunião preliminar com Comissão Financeira, havia dito que levava a um equívoco de interpretação, porque ela coloca quantidade de associados de 1994 com preço da mensalidade de 2004. Na verdade aconteceu o inverso. A mensalidade era muito menor. Quando foi reduzindo o número de associados, foi se compensando a queda na quantidade de pessoas que pagam com o valor pago. Lembrou que apresentou em plenário um documento que demonstrava o inverso: que nos últimos 15 anos houve um aumento da receita, não uma queda. Portanto, a justificativa dessa venda de títulos, que é financeira, não se sustenta, e isso poderia ser visto no parecer que a Comissão iria emitir.

Arlindo Virgílio Machado Moura (aparte) – Primeiro, perguntou e o orador concordou que os elementos que o orador estava apontando faziam parte da justificativa da Diretoria para embasar o seu pedido e falavam em questões estritamente financeiras. Observando trata-se de matéria de alta relevância para o Clube, que vem abordando tangencialmente há muitos anos, entendeu necessário que se refletisse melhor sobre a proposta, já que se esperou tantos anos para isso. Ponderou sobre a necessidade de ser feita uma análise profunda, inclusive abordando os efeitos que trará sobre a sociedade pinheirense. Ademais, se virmos o vídeo que justificaria a proposta da Diretoria, claramente verificaríamos que o fundamento financeiro da proposta é total.

Claudio Damasceno Junior - Prosseguindo, disse que embora parecesse que a proposta de venda de 5.155 títulos era porque gostaríamos que houvesse mais 5.000 pessoas usufruindo as dependências e os serviços do Clube, evidentemente o motivo dessa venda era estritamente financeiro. Comentou que a Comissão Financeira gostaria de se manifestar a respeito. Há este problema e outras questões relevantes a serem encaradas. Houve um aumento

desproporcional na mensalidade, em virtude da queda de contribuintes. Mas hoje as contas do Clube estão equilibradas, como já estavam no ano passado. Não precisamos da receita desses 5.000 títulos. Se viermos a vender os títulos, poderemos reverter esse processo, ampliar a base de contribuição e reduzir proporcionalmente a mensalidade. Esta, sim, será uma proposta responsável, séria, que demonstrará a responsabilidade de cada um, não apenas para com os associados, que estão reclamando do valor das mensalidades, mas, sobretudo, pela continuidade do Clube. Para encaminhar a votação, apoiou a proposta do Conselheiro Tarcísio de Barros Bandeira. Entendeu que ficou claro que apresentar a matéria como alteração estatutária, argumentando que não tinha fundamento financeiro, foi apenas para não ouvir a Comissão Financeira, que tinha sugestões diferentes a fornecer, não se negando a um projeto como esse, que é importante no Clube, mas com ajustes relevantes sobre os quais não pôde se manifestar. Propôs que o assunto fosse analisado sob um prisma mais amplo e profundo, e fosse mais bem estudado, permitindo seu aprimoramento com idéias distintas. Finalmente, que o Conselho não deixasse de ser ouvido, como deve ser.

Claudio Doval (aparte) – Observou que sempre que se apresenta uma proposta, parece que existe uma repulsa, sob variados argumentos; que o ideal seria deixar que se apresentasse a proposta, parte a parte, para análise do Conselho; que o Conselheiro José Manssur relatou a proposta com fidelidade; e que houve dispersão. Entretanto, independentemente dos argumentos formulados, era necessário aproveitar a reunião e fazer algo útil.

Claudio Damasceno Junior – Sugeriu que ao aparteante que assumisse a tribuna e houve curto debate paralelo, mas o Sr. Presidente interveio. Concluiu, observando que todos somos crescidos e gostamos do Clube igualmente. Nossa responsabilidade com o Clube é muito grande, não com relação ao passado apenas, mas ao futuro. Pode-se fazer a coisa bem feita, do jeito correto.

Claudio Doval – Aduziu que também se pode deixar a coisa fluir como quiserem.

Vicente Mandia (aparte) – Parabenizou o orador e concordou com suas palavras. Subsidiando a proposta formulada, ponderou que não são exatamente 5.000 títulos, portanto, 5.000 novos associados. São 10.000, porque existem os convidados. E não são 5.000 pessoas na piscina, mas 15.000, porque têm as crianças. Pediu providências com relação à piscina externa, que já está congestionada. Afirmou que não é contrário à proposta de venda dos títulos,

mas entende que ela deva ser estudada de forma tipicamente racional, e não resolvida como proposto.

Claudio Damasceno Junior – Reiterou que se pode fazer o que é certo da forma correta. E temos obrigação de mostrar que opinião diferente não é ofensa.

Celso Hahne – Esclareceu que o que a Mesa estava propondo era apenas a discussão da alteração de um artigo do Estatuto, permitindo a emissão de um certo número de títulos. Não se falava em venda. Já a emenda do Conselheiro José Edmur Vianna Coutinho, que pretendeu colaborar, não tinha nada a ver com a proposta principal. Com relação à oportunidade da discussão referida pelo ex-Presidente Arlindo Virgílio Machado Moura, entendeu que o Conselho deveria decidir neste momento. Lembrou que durante sua gestão foram emitidos 5.000 destinados a filhos de associados, priorizando aqueles que estivessem atingindo a maioria e perdendo essa condição, portanto sem aumento do quadro social, porque o Clube precisava de dinheiro para completar as obras do Plano Diretor que estavam sendo executadas (garagem, estacionamento, pista de atletismo, teatro, Boliche). Também na presente proposta poder-se-ia condicionar a venda a filhos de associados que não possuam título social. E tudo isso poderia ser discutido hoje; haverá uma segunda discussão; poderão vir emendas. Ponderou que talvez o Conselho, inteligente como é, como foi na sua gestão, seja capaz de implementar um projeto para ser aprovado em discussão definitiva. Observou que se não começarmos a discutir este problema, isto será muito sério. Que já no seu tempo previa isso. O Clube tinha 45.000 associados. Imaginou seria suportável reduzir para 30.000, mas não diminuir mais que isso, como ocorreu com o Espéria, o Tietê. O Clube é um condomínio; sua despesa de manutenção é rateada entre os associados. Fazer orçamento é isso. Faz-se uma previsão de receita e se fixa a despesa. Talvez a Diretoria esteja interessada em antecipar essa discussão. Ela não quer a aprovação de venda de títulos, mas que seja discutido. Acho que deve ser discutida emenda por emenda. Quanto ao entendimento do Conselheiro Claudio Damasceno Junior, no sentido de que o ideal seria equacionar a receita da contribuição associativa com a despesa, ponderou que no momento em que a receita não cobre a despesa, o Clube terá que cortar despesas e deixará de atender devidamente ao associado. Então, esta é a hora de discutir, começar hoje, e não é preciso encerrar a discussão em uma única sessão, que dure um ou dois meses, mas tem que iniciar a discussão. Não quero dizer que vamos discutir este assunto, esta emenda que o Conselheiro Manssur condenou, achou que é absurda. O outro falou que aqui teremos 5.000, 20.000. Nada disso. Deixou claro que não defendia nenhuma

tese, nem tinha qualquer interesse político no Clube. Independentemente da natureza da matéria, tudo deve ser discutido no Conselho, com inteligência, capacidade, abrindo mão das correntes partidárias. Esclareceu que opinava como ex-Presidente da Diretoria sabia da necessidade de o Clube em resolver a sua situação financeira. Não é discutindo, empurrando com a barriga para diante. Talvez hoje seja o início disso, se os senhores assim entender. Se não entenderem, paciência.

José Manssur – Pediu que fosse sumariamente riscada das notas taquigráficas a afirmativa de que teria dito que a proposição do Conselheiro José Edmur Vianna Coutinho era absurda, pois tinha reiterado por inúmeras vezes a respeitabilidade e a coragem da apresentação da emenda; apenas fez ver que ela era de caráter substitutivo. Portanto, entendeu que a expressão utilizada pelo Conselheiro Celso Hahne foi infeliz.

Presidente – Informou que a frase não poderia ser riscada, mas o esclarecimento ficaria registrado.

Lucia Maria Nagasawa – Comentou que em agosto a Comissão de Veteranos encaminhou à Presidência do Conselho uma sugestão de alteração estatutária - relacionada ao número de anos de contribuição dos novos Veteranos e à idade para se atingir a veteranice - solicitando no mesmo expediente que fosse reportado, à Comissão Especial que estava estudando a alteração do Estatuto quanto a esse ponto, que a Comissão de Veteranos entendia absurdo que quando o associado alcança a idade de Veteranos (aos 60 anos, atualmente) e a esposa também adquira a veteranice, possuindo 40 anos, 20 anos, qualquer idade que seja. Disse que achou extremamente inusitado ter chegado uma proposta, embora com os devidos méritos, que não tivesse respondido, primeiro, ao questionamento da Comissão de Veteranos, decorrido mais de um mês, prazo estatutário para receber a resposta, e não houve resposta. E chegou uma proposta de cima para baixo que deveríamos aprovar ou rejeitar na assembléia de hoje. Entendeu, então, que da mesma forma que a Comissão não foi atendida, não obteve uma resposta, deveríamos também ter um pouco mais de tempo para estudar a proposta que veio hoje para análise do Conselho. Concordou com Conselheiro Claudio Damasceno Junior que a Comissão de Veteranos foi da mesma forma que a Financeira desconhecida como Comissão, como assessoria, nesse pormenor.

Presidente – Esclareceu que a sugestão da Comissão de Veteranos não estava sujeita a resposta, e tinha sido enviada à Comissão conforme solicitado.

Indagado pela oradora por que não estava sujeita a resposta e se a Comissão não pode fazer uma proposta, afirmou que pode.

Lucia Maria Nagasawa – Disse que foi informada que a Comissão não poderia encaminhar uma proposta, porque quem propõe é a Mesa do Conselho. Então, formulou uma sugestão. Essa sugestão não teve nenhuma resposta e veio uma proposta, então, para que julgássemos hoje, que aprovássemos hoje.

Presidente – Explicou que quando a Comissão Especial terminar seus trabalhos resolverá sobre acatar ou não a sugestão da Comissão de Veteranos. Por enquanto não há resposta. Perguntado, respondeu ao Conselheiro Aparecido Teixeira tratar-se de Comissão Especial que está tratando da alteração da veterance, nomeada antes dele ter assumido a Presidência do Conselho, motivo pelo qual não sabia os nomes dos componentes da Comissão. Tendo a Conselheira Lucia Maria Nagasawa dito que a Comissão Especial ainda não havia se reunido, respondeu que tem notícia de que a Comissão esteja trabalhando.

Aparecido Teixeira – Entendeu que as Comissões nomeadas devem ser divulgadas para o Conselho.

Presidente – Esclareceu, ainda, que a Comissão tem autonomia para designar suas reuniões. Informou que a referida Comissão Especial é presidida pelo Conselheiro Fernando Silva Rohrs, que poderia informar sobre o andamento dos trabalhos. Como a Conselheira Lucia Maria Nagasawa ponderou que havia apresentado uma sugestão formal, portanto a resposta deveria ter sido formal também, tornou a explicar que ainda não houve resposta. A sugestão foi enviada à Comissão que está estudando o assunto. Evidentemente, quando fizer a proposta de alteração relacionada à veterance, a Comissão acatará ou não a sugestão.

Marcello Moraes Barros de Campos – Comentou que tinha analisado a matéria com cuidado, mas não imaginou que ela tomaria tamanho o vulto nesta reunião. A derivação de assuntos surgidos em plenário em relação à proposta desvirtuou completamente o que a Diretoria estava pedindo e o Conselho não sabia o que votar. Esclareceu que a Diretoria estava propondo exclusivamente uma adequação estatutária para a emissão de títulos, com base na reposição da perda de contribuintes sem título. Ela nem precisaria ter mencionado a destinação da renda proveniente dessa venda, porque o Estatuto vincula expressamente esses recursos ao Fundo Especial. Ademais, a venda de títulos depende da aprovação do Conselho. Primeiro é necessário adequar o Estatuto;

depois a Diretoria virá propor quantos títulos pretende vender. E este assunto é sério. Lembrou que foi o primeiro a tocar no assunto e insistia nisso. E não podia ser criticado porque o ex-Presidente Arlindo Virgílio Machado Moura veio aqui e ratificou sua proposta. Lembrou que o falecido ex-Presidente Sergio Fuchs Calil já falava que uma hora teríamos que vender título porque o Clube estava perdendo receita. Portanto, era necessário adequar o Estatuto para que a Diretoria possa emitir, depois da permissão do Conselho. E não é oportuno calcular agora se virão mais 5.000, 10.000 associados. Lembrou que também vem insistindo sobre o retorno do título familiar, a extinção dos Veteranos, a emissão de mais títulos para cobrir futuros investimentos. Apelou no sentido de que o plenário se ativesse àquilo que estava sendo pedido, sem paixão, sem emoção, racionalmente e sem vinculação política, pois todos têm consciência da necessidade de adequar o Estatuto para futura emissão de títulos. E não há como dar prosseguimento a este assunto se não houver essa adequação.

Waldir Lachowski (aparte) – Perguntou se o orador concordava que uma proposta de tal magnitude não tivesse sido apreciada pelas Comissões Permanentes, com exceção de uma delas.

Marcello Moraes Barros de Campos – Respondeu que não via o porquê de o Conselho não votar a matéria hoje, pois a Diretoria estava pedindo apenas autorização para emitir títulos. Quando o pedido para a venda for formalizado, aí haverá necessidade de manifestação das Comissões. Associou-se aos Conselheiros José Manssur e Lucia Maria Nagasawa sobre a necessidade de ser feito um estudo mais detalhado com relação à extinção dos Veteranos e da prévia audiência da Comissão competente. Deixou claro que estava falando exclusivamente da proposta original, sem as emendas apresentadas pelo Conselheiro José Edmur Vianna Coutinho. Perguntado pelo Conselheiro Waldir Lachowski se entendia que o Conselho tinha o direito de ouvir uma Comissão que o assessora, respondeu que estava plenamente consciente do que iria votar e que o fazia racionalmente, sem paixão ou emoção. Que a Diretoria não estava prevendo gastos ou receitas. Ela estava pedindo, única e exclusivamente, disso todos tinham, por isso que não precisava outra Comissão falar nada, de que o Estatuto precisa ser adequado, para futura e eventual venda de títulos, que passará novamente pelo Conselho. Eram duas coisas distintas, separadas.

Tarcísio de Barros Bandeira (aparte) – Entendeu que o orador estava sugerindo que se desse uma carta branca para a Diretoria, o que não é função do Conselho. Devemos nos cercar de todos os elementos possíveis para julgar uma proposta, que, inclusive, no meio dela faz a brincadeira de falar que existe

um estudo muito grande. Então, por que não expõe tudo? Concordou com o Conselheiro Celso Hahne no sentido de que tem que se começar agora. Mas, quando se vai começar um trabalho científico, a primeira coisa que se faz é o levantamento da bibliografia existente. Então, quando se vai começar a estudar uma proposta, pode-se demorar para falar que juridicamente não está boa, como fez o Conselheiro José Manssur, ou pode-se dizer que isso é brincadeira. Não havia justificção nem atuarial, nem econômica, nem financeira, nenhuma. E nem a que o Conselheiro Hahne começou a fala dele: qual era o motivo porque ele queria? Ele queria para a ampliação do Clube. Opinou no sentido de que a proposta não tinha nenhuma condição de ser votada.

Marcello Moraes Barros de Campos – Ressaltou tratar-se de uma colocação de caráter pessoal do apresentante. E, sinceramente, não achava que a Diretoria estivesse brincando. Ademais, não era carta branca, porque terá que passar pelo Conselho depois.

Fernando Silva Xavier – Propôs que fosse encerrada a discussão, entendendo que o assunto estava sido suficientemente debatido.

Claudio Damasceno Junior (aparte) – Com relação à menção de que a Diretoria estava brincando, disse que era claro que ninguém estava brincando.

Marcello Moraes Barros de Campos – Lembrou que isso tinha sido mencionado em plenário. Aduziu que nunca nenhuma Diretoria brincou com o Conselho.

Claudio Damasceno Junior (aparte) – Comentou que, por outro lado, como ninguém estava brincando, a discussão era bastante séria, o que se disse em plenário não em nenhum momento foi de forma a denegrir a proposta, e sim para dizer que não foram exploradas facetas e implicações indiretas da proposta, cujo reflexo era eminentemente financeiro e econômico.

Marcello Moraes Barros de Campos – Afirmou que não via nenhuma implicação de caráter financeiro em o Conselho aprovar aquela mudança de caráter estatutário. Haverá, sim, reflexos financeiros sérios e graves quando a Diretoria necessitar vender os títulos.

Presidente – Lembrado pelo proponente a respeito, primeiro ponderou que gostaria de ouvir os inscritos, pois se tratava de matéria relevante e controversa, em seguida, consultou o plenário sobre o encerramento da discussão para votação da matéria, tendo sido rejeitada a proposta.

Prosseguindo, de posse de documentos providenciados pela Secretaria, aproveitou para esclarecer que a Comissão Especial à qual havia se referido quando do pronunciamento da Conselheira Lucia Maria Nagasawa, que vem estudando a questão dos Veteranos, foi instituída em 20/04/2004, pelo Presidente Sergio Lazzarini, e é composta dos Conselheiros Fernando Silva Rohrs, Ayrton Orsi, Maria Lúcia Toledo Collet e Silva, Edgar de Lemos Britto Martins e Peter Alfredo Burmester. Comunicou, ainda, que no dia 09 de setembro enviou correspondência à Conselheira Lúcia Maria Nagasawa, informando que a sugestão tinha sido encaminhada à Comissão Especial.

Lucia Maria Nagasawa – Observou que a carta tinha sido enviada, mas a resposta não. Aduziu que foi procurada por essa Comissão, por telefone, oportunidade em que esclareceu que formalizou a sugestão, portanto esperava uma resposta formal, e não por telefone.

Presidente – Dando a questão por encerrada, reiterou que a Comissão só examinará as sugestões quando terminar seus trabalhos.

Luís Eduardo Dutra Rodrigues – Ressaltou que a proposta do Conselheiro José Edmur Vianna Coutinho não só descaracterizava a intenção da proposição da Diretoria, substituindo-a, quando alterava o Art. 25 criava e instituía 5.155 títulos sociais, cuja emissão poderia ser feita pela Diretoria a qualquer tempo e na quantidade que entendesse conveniente, sem qualquer consulta posterior ao Conselho, como também instituía cláusula pétrea no Estatuto em situação transitória, que se alterado na forma proposta, depois de esgotado este repositório de títulos, este artigo será nulo, o que tornava a proposição, inepta, inoportuna e que deveria ser rejeitada. Quanto à proposta da Diretoria, que pretendia criar um novo critério para venda de títulos além dos previstos no Art. 18, ela deixava absolutamente em aberto a quantidade de títulos que poderiam ser emitidos, vez que em sua justificativa não informava qual é o estoque de títulos de ex-contribuintes sem título, podendo o Conselho ser surpreendido na próxima reunião com pedido para autorização de venda de 1, 1.000, 10.000 títulos talvez. Então, não poderia prosperar uma intenção de alteração estatutária para emissão de títulos de quantidade desconhecida e consubstanciada em premissas não justificadas, econômica e financeiramente, de forma clara para o Conselho, que sabe da gradual queda da base contributiva, mas não sabe quantos títulos a Diretoria proporá para emissão e quais serão os critérios. Propôs que, ouvidas as Comissões Financeira e de Veteranos, o Conselho limitasse a quantidade de emissão de títulos, nesta categoria, e que esse limite fosse igual à quantidade de contribuintes constante no orçamento do ano imediatamente anterior à venda. Isto é, possibilitar à

Diretoria o direito, único e exclusivamente, à reposição desta receita, de maneira que, a partir de então, fosse estancada a gradual perda da base contributiva, viabilizando a elaboração da peça orçamentária com esta receita já conhecida. Até porque foi objeto do orçamento em curso, tão bem administrado pela atual Diretoria, e que, conforme balancetes publicados, encontra-se em situação absolutamente confortável.

Arlindo Virgílio Machado Moura – Lembrou que vem defendendo em plenário a necessidade de se discutir a matéria intensamente. Isso tangencia as nossas discussões. Em situações anteriores recentes isso foi motivo de apresentação ao quadro social como uma heresia. Uma determinada Diretoria estava disposta a vender 10.000 títulos e acabar com a categoria Veteranos, assunto que causou grande comoção na sociedade pinheirense. Temos que estar absolutamente convencidos da necessidade de criar novos títulos; criar essas condições e desenvolver um poder de convencimento de que isso é necessário. A proposta da Diretoria em nenhum momento fala em números, exceto na justificativa. Mas está intrínseca na sua própria natureza a necessidade de se estudar os números e se saber por que, quando, a quantidade e como isso deve ser feito. Disse que louvava a proposta da Diretoria, que talvez seja a mais importante dos últimos anos neste Clube, mas é preciso que todas as Comissões Permanentes sejam ouvidas e dêem a sua contribuição, pois estamos tratando da vida do Clube no futuro. Portanto, é preciso discutir exaustivamente. Aliás, entendia que diante da importância do fato a proposta deveria partir do Conselho. A questão não é aprovar ou rejeitar a proposta porque ela é da Diretoria, mas discutir sobre o futuro do Clube. Algo que vem sendo discutido há mais de dez anos. É preciso exaurir todos os argumentos, discutir à exaustão esta proposta, se for o caso convocando reuniões extraordinárias, criando comissão, ou passando o Conselho a funcionar em sessão permanente. O balancete do final de agosto demonstra que o Clube se encontra em situação financeira bastante confortável, e se administrado como vem sendo certamente terminará o ano com superávit. E não precisaríamos desse superávit. Os fundos estão mantidos e ampliados, o que dá uma certa segurança. A inadimplência do Clube está em torno de 4%, número realmente importante, baixo se comparado com o de outros clubes co-irmãos. Então, há tempo para discutir a proposta e é necessário tomar uma decisão que não nos preocupe no futuro para que não sejamos culpados por uma decisão açodada. Finalmente, disse que, seguramente, com toda responsabilidade, em que pese a necessidade de solucionar o problema, o Conselho não estava em condições de deliberar sobre a proposta.

Marcos Martins Paulino – Esclareceu que as manifestações em plenário estavam levando a um erro de interpretação da proposta da Diretoria. Discutia-se sobre emissão de títulos, mas estava expressamente colocado na proposta que a Diretoria pretendia acrescentar ao Art. 18 mais uma quarta possibilidade para a venda de títulos, isto é, dando ao Conselho poder para autorizar a emissão de títulos. Espantou-se com a possibilidade de o Conselho estar com medo de ter este poder. Quando chegar ao Conselho uma proposta de emissão de títulos, sem dúvida alguma deverá ser ouvida a Comissão Financeira; é preciso e muito que ela estude o assunto exaustivamente, talvez aí seja necessário instalar uma sessão permanente, a matéria terá que seja analisada a fundo, porque o assunto é da maior importância. Entretanto, na proposta da Diretoria não havia números. E compete ao Conselho autorizar. Para não perder a discussão, propôs que fosse deixada de lado a emenda do Conselheiro José Edmur Vianna Coutinho e que o Conselho deliberasse apenas e tão somente em incluir no Art. 18 a possibilidade de o Conselho autorizar a emissão. Todo o resto, e quando for o momento, o Conselho, certamente, saberá postergar quanto necessário, para autorizar não 1.000, nem 5.000, a cada título que for necessário.

Vicente Mandia – Ponderou sobre a função do Conselheiro de legislar, formalizar as propostas da Diretoria, dar redação a ela propõe, e é importante que essas propostas, por mais honestas e brilhantes, sejam bem explícitas, bem colocadas, em termos de número, gênero e grau. Senão, vamos trabalhar no escuro, e assim não é possível. É importante esclarecer ao plenário o que vamos discutir futuramente. Se discutirmos futuramente o que não existe na redação atual, não temos o que discutir. Disse acreditar que não devemos brincar aqui, mas, sim, atender e aceitar o que for dito dentro do Conselho. Isto aqui não é brincadeira. Estamos aqui fazendo coisa séria. Ninguém está brincando, mas discutindo, formalizando, esclarecendo idéias. Manifestou-se no sentido de que a proposta deveria ser instruída de forma mais esclarecedora, dentro do que pretendemos fazer futuramente.

José Edmur Vianna Coutinho – Comentou ter notado que sua emenda, que tinha um objetivo bastante amplo, o melhor possível, não encontrou guarida, não restava outra alternativa senão retirá-la. Com relação à proposta propriamente dita, confessou-se impressionado com o rumo dos debates. Lembrou que havia sido promovida uma reunião prévia para esclarecimento da matéria, tendo comparecido cerca de 40 dos 200 Conselheiros convidados. E, hoje, grande parte daqueles que não compareceram estava discutindo teses com muita veemência, parecendo que sequer sabiam das explicações prestadas pela Diretoria. Entretanto, até agora nenhum dos Conselheiros fez

uma referência a um aspecto fundamental. A Diretoria propõe que haja uma possibilidade de venda de títulos, porque se não for feito isso, em virtude dos problemas advindos de ordem econômica e financeira, alheios à vontade não só da Diretoria, mas de toda a coletividade pinheirense, será necessário aumentar as mensalidades. Este é o fato bastante importante e que deve preocupar aos Conselheiros. Para melhorar o debate e orientar a votação, requereu que a Diretoria se pronunciasse, prestando os esclarecimentos que não constaram da justificção do seu pedido, sobre a realidade do que está acontecendo.

Antonio de Alcântara Machado Rudge – Convidado a se pronunciar pelo Sr. Presidente, esclareceu que a Diretoria houve por bem propor a alteração, e seria necessário que o Conselho deliberasse a respeito nesta oportunidade, exatamente por se tratar de alteração estatutária, portanto depender de aprovação em duas discussões do Conselho. Senão, teríamos de fazer em setembro e outubro, e coincidiria com o orçamento. A Diretoria precisa dessa possibilidade de reposição de contribuintes, por entender que poderá ter alguma dificuldade em zerar o orçamento. Em que pese ter-se mencionado o fundo do REFIS, esse fundo é de contribuições passadas que estão sendo guardadas, porque não houve ainda a consolidação dessa dívida. Isso está iminente. E tão logo a Receita Federal consolide essas dívidas, teremos que pagar com esse dinheiro que está guardado. Então, não há condição de esse dinheiro ser usado no ano que vem para pagar REFIS. Informou que sem qualquer aumento real na mensalidade, o Clube economizou três milhões e trezentos mil de REFIS. Comentou que o cancelamento da multa de readmissão aprovada pelo Conselho, em que pese ter sido uma medida simpática, custa ao Clube trezentos mil reais anuais. Isso tudo está somando. Temos aumentos. A água está aumentando mais. Modificamos o índice de reajuste de prestações, tiramos o IGP-M e passamos para o INPC, isso representou 3% de economia ao associado. Refizemos todos os fundos. Não cobramos nada. Agora, estamos chegando ao final das nossas reservas. Estamos sentindo dificuldades em fechar este orçamento. Temos três hipóteses. Começamos, na quarta-feira, a discutir com a Comissão Financeira e demais Comissões as premissas orçamentárias. A nossa premissa, evidentemente, se não houver a reposição de alguns contribuintes, não temos ainda números, mas eles serão trazidos ao Conselho, com a justificativa e os pareceres de todas as Comissões envolvidas. Não pareceu necessário nesta altura o parecer da Comissão Financeira, porque a proposta não tem nenhum número.

Claudio Damasceno Junior (aparte) – Entendeu que a proposta era bastante séria. Pediu ao Sr. Presidente que esclarecesse a respeito de coisas, por exemplo, como o que havia dito o Conselheiro José Edmur Vianna Coutinho, ameaçando o associado de receber aumento de mensalidade, se a proposta não fosse aprovada.

Antonio de Alcântara Machado Rudge – Lembrou que por duas vezes marcou reunião com o aparteante, mas este não compareceu. Deixou claro que estava inteiramente aberto a sugestões e gostaria da sugestão do Conselheiro. Entretanto, era necessário fechar o orçamento. Informou que a Comissão Financeira estava convocada para reunião na próxima quarta-feira, quando a Diretoria mostrará as premissas para sua análise. E vamos encontrar soluções. Observou que o Clube não é da Diretoria, mas de todos nós. Se tivermos de emitir títulos, conseguir novos contribuintes, recuperar contribuintes antigos, ou reduzir despesas, quem sabe seria a solução. Vamos ver onde vamos reduzir. Essa é uma medida que temos que tomar e isso será feito dentro daquilo que o Conselho determinar. Ou vamos achar alternativas que não sacrifiquem o associado com um aumento real e possam trazer a capacidade contributiva que o Clube tinha pelo menos há dois anos. Temos um número que mostra que perdemos 5.000 associados, 5.000 contribuintes. Exemplificando, um associado e o cônjuge pagam contribuição, quando um deles passa a Veterano, o cônjuge também fica isento do pagamento; um neto paga muito menos; quem pagou jóia, passa a Veterano e ninguém paga no lugar dele. Estamos com 7.000 Veteranos. Isso significa 30% dos que pagam. Em breve estaremos em uma situação mais difícil ainda. A Diretoria não está pedindo uma carta branca. Ela apenas propõe uma alteração estatutária. E a Diretoria voltará ao Conselho e dirá quantos títulos precisa, justificando seu pedido, então deverá ser ouvida a Comissão Financeira, a matéria será discutida em plenário, etc. Neste momento, em razão do curto tempo, pois a Diretoria tem que apresentar a proposta orçamentária até 15 de outubro, seria preciso pelo menos que a matéria fosse aprovada em primeira votação.

Claudio Damasceno Junior – Registrou que desmarcou uma das reuniões mencionadas pelo Sr. Presidente e justificou sua ausência.

Arlindo Virgílio Machado Moura (aparte) – Ponderou que se esta não era uma discussão financeira, então não sabia do que se tratava. Se o Conselho mudar o Estatuto, se houver uma ampla discussão financeira e o plenário se conscientizar, ficar convencido, ele não negará; o Conselho nunca negou.

Antonio de Alcântara Machado Rudge – Explicou que não tinha como quantificar algo que ainda desconhecia. A Diretoria queria uma possibilidade de vir ao Conselho. Aí irá quantificar, demonstrar, provar, coletar todos os pareceres possíveis. Mas isso requer pelo menos 60 dias de interregno. E estamos no fim do ano. Ninguém vai aprovar nada em branco; apenas a possibilidade da Diretoria emitir títulos.

Arlindo Virgílio Machado Moura (aparte) – Observou que tratar-se de matéria traumática para o Conselheiro e para o associado. Ela tem que vir consubstanciada com todos os elementos para fazer a argumentação e aprová-la.

Antonio de Alcântara Machado Rudge – Informou que dispunha de alguns dados, mas não era este o objeto da discussão de hoje. Se o Conselho não alterar, a Diretoria vai ficar sempre delegando o problema. Disse que se reuniu com o Sr. ex-Presidente, com vários ex-integrantes da Diretoria, e já tinham detectado este problema há dois anos. Infelizmente isso não veio com o antigo e não cabia discutir. Agora temos de utilizar esse programa, que não é novo. A Diretoria precisa da decisão para poder elaborar o orçamento.

Arlindo Virgílio Machado Moura – Concordou e o Sr. Presidente da Diretoria agradeceu.

Presidente – Encerrada a discussão e passou à votação da matéria, primeiramente submetendo ao plenário a retirada da emenda do Conselheiro José Edmur Vianna Coutinho.

Deliberação:

Aprovada a proposta de retirada da emenda oferecida pelo Conselheiro José Edmur Vianna Coutinho.

Presidente – Submeteu ao plenário a proposta de adiamento da votação, que em princípio apurou-se teria sido rejeitada.

Luís Eduardo Dutra Rodrigues – Requereu fosse realizada votação nominal.

- É realizada votação nominal.

Deliberação:

Por 108 contra 42 votos, o plenário rejeitou a proposta de adiamento da discussão da matéria.

Presidente – Passou à votação da proposta da Diretoria propriamente dita.

Deliberação:

O Conselho resolveu aprovar, em primeira discussão, proposta de modificação estatutária visando a adequar o Estatuto Social para criar Títulos Sociais com base na reposição da perda de contribuintes sem título, para tanto acrescentando um quinto V e um terceiro parágrafo, com duas alíneas, no Art. 18, ficando assim redigidos, após a primeira discussão, os dispositivos objeto da presente alteração estatutária:

“Art. 18 - ...

I - ...

IV - quando se tratar de títulos emitidos por autorização do Conselho Deliberativo.

§1º - ...

§3º - Para cumprimento do disposto no inciso IV, deste artigo, a Diretoria deverá:

- a) enviar ao Conselho Deliberativo proposta indicando a quantidade de títulos que serão emitidos, acompanhada da relação nominal de ex-contribuintes sem título, que justifique a emissão.*
- b) emitir os títulos autorizados na ordem seqüencial vigente e registrá-los obedecendo ao disposto no Art. 25.”*

Presidente - Sugeriu e o plenário concordou em designar os Conselheiros Fernando Silva Xavier Júnior, Conselheiro Marcelo Luís Del Grande Prícoli e Ricardo de Freitas Hahne para compor a Comissão Especial de Redação.

Foi formalizada a seguinte declaração de voto:

“Processo CD-29/2004

Primeira discussão da proposta da Diretoria de Alteração do Art. 18 do Estatuto Social

DECLARAÇÃO DE VOTO

No transcorrer da votação houve uma clara manifestação, política, que não me permitiu manter a minha posição inicial. Esta mudança também foi advinda das explicações que apareceram no transcorrer da discussão (especialmente a do Conselheiro Luís Eduardo Dutra Rodrigues e do presidente da Diretoria Antonio de Alcântara Machado Rudge).

Sala das Sessões, 27 de setembro de 2004.” a) Conselheiro Tarcísio de Barros Bandeira

Item 4 - Apreciação do processo CD-I-36/2003 – Recurso de Revisão interposto pela Diretoria, contra a decisão do Conselho Deliberativo objeto da Resolução nº 10/2004, de 28 de junho de 2004, que acolheu parcialmente Recurso Ordinário interposto por associado que postulava abatimento parcial da multa estatutariamente prevista para readmissão ao quadro social.

Presidente – Levantou questão preliminar, esclarecendo que o Artigo 5º da Constituição, no seu inciso XL, determina que aos litigantes em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral, são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes. Ocorre que o Regimento Processual Disciplinar só determina a intimação do interessado para contra-arrazoar em casos disciplinares. Não se tratava de caso disciplinar. Mas, tendo em vista esse dispositivo constitucional, para se evitar uma injustiça, ou que venha um recurso, propôs que se abrisse um prazo para a manifestação do interessado, contra-arrazoando o pedido. Não havendo inscritos, declarou encerrada a discussão e submeteu a proposta ao plenário.

Deliberação:

Submetida a matéria à votação, o plenário resolveu acolher preliminar argüida pela Presidência do Conselho, no sentido de retirar o recurso de revisão da pauta da reunião, para que o recorrido seja intimado a, querendo, apresentar suas contra-razões, em analogia ao que possibilita o Art. 29 do Regimento Processual Disciplinar em recursos de ordem disciplinar, e em obediência ao inciso LV do Art. 5º da Constituição Federal.

Hugo Henrique Carraresi Neto – Estando próximo à meia noite, consultou o Sr. Presidente sobre o encerramento dos trabalhos, mas foi respondido que ainda faltava 15 minutos e havia processos em pauta.

ITENS 5 A 8 DA ORDEM DO DIA

Presidente – Informou que ainda havia quorum. Consultou o plenário e foi acolhida proposta do Conselheiro José Manssur baseada em precedente, no sentido de que as quatro propostas fossem apreciadas conjuntamente. Não havia oradores inscritos. Deu por encerrada a discussão e passou à votação das propostas.

Deliberação:

Submetidas individualmente ao plenário pelo Sr. Presidente, por unanimidade de votos foram aprovadas as propostas da Diretoria objeto dos processos CD-18/2004, CD-19/2004, CD-22/2004 e CD-23/2004, respectivamente, concedendo o ingresso dos atletas Luciana da Costa Soares Hungria (Pólo Aquático), Cristiano Magnonn Albino (Ginástica Olímpica), Heric Lopes (Handebol) e Raphael Goulart de Lima (Natação), como associados Contribuintes, na classe Individual, independentemente da aquisição de título social.

Item 9 - Várias.

Wilma de Almeida Gonçalves – Tecendo elogios, parabenizou a Diretoria por todos os eventos de aniversário do Clube. Agradeceu a todos que prestigiaram a apresentação dos Saltos Ornamentais e dos Aqualoucos, em especial o Sr. Presidente do Conselho, Paulo Cesar de Arruda Castanho e sua família, o Diretor de Esportes Aquáticos e Individuais, Arnaldo Luiz de Queiroz Pereira, o Vice-Presidente da Diretoria, Edgard Ozon. Passou a tratar de assunto que lhe foi reportado por associados das categorias másteres, especialmente do Voleibol. Explicou que pertence à categoria Máster o ex-atleta, ou aquele que nunca foi atleta, mas procurar participar competindo em busca de saúde, de socialização. Isto é, procura uma atividade física para manter a saúde e alegria. Reportou-se a problema recentemente relatado pela Conselheira Denise de Mattos Faro Migliore, relacionado à categoria máster de Voleibol feminino. Esclareceu que justamente a categoria acima de 55 anos está defasada, pois nessa idade as pessoas procuram mais o esporte aquático, em função de desgastes ósseos e necessários tratamentos de saúde. Então, não há militantes na categoria máster, mas senhoras colaboradoras, para estimular nossas associadas, ajudar a completar a equipe de jogadoras e permitir a participação do Clube em competições. Deixou claro que essas colaboradoras competem pelas cores do Pinheiros, mas não usufruem o Clube; aqui vêm em determinado horário, jogam e saem, inclusive não utilizam o estacionamento e pagam as próprias despesas. Reivindicou que a Diretoria estude a questão com carinho, para que o voleibol prossiga defendendo o Máster do Pinheiros, exceto no Tênis, devido à demanda de associados praticantes, que já é grande. Comentou que a manifestação da Conselheira Denise, na verdade, não foi bem aceita pelas associadas que freqüentam a seção de Voleibol, em especial porque não temos interessados para formar essas equipes.

Paulo Cesar de Arruda Castanho (matéria enviada por escrito, para inserção no item Várias) – “Eu ia me inscrever para falar em Várias, passando a presidência para o Vice-Presidente, mas não tive oportunidade pelo adiantado da hora.

É um direito meu como Conselheiro me manifestar e uma obrigação quando se trata de reivindicações de associado, portanto, a presente manifestação deverá ser inserida na Ata, como se tivesse sido emanada da tribuna,

Lembro-me que quando Conselheiro ainda inexperiente, um Conselheiro mais tarimbado, se não me engano o Mário Lima Cardoso, ocupou algumas vezes a tribuna em Várias, para reclamar, em nome de associados, a respeito da utilização de apresuntado ao invés de presunto nas lanchonetes. Alguns Conselheiros, enquanto o orador falava riam e faziam chacota em razão do assunto. Eu, ao contrário, admirava o orador, pois ele estava trazendo ao Conselho e à Diretoria a palavra dos associados e sua reclamação cumprindo sua obrigação. Não há assunto de somenos quando se trata de reclamação ou reivindicação de associado. Nós Conselheiros existimos para isso, não importa o assunto.

O que venho trazer à baila parecerão questiúnculas, mas são reclamações, questionamentos e reivindicações de associados, inclusive infantis, para mim importantes, pois.

Antes, porém, devo parabenizar a Diretoria pela ótima e econômica idéia de ter colocado sensores nos banheiros, permitindo que a luz permaneça apagada enquanto não há ninguém no recinto.

Agora vamos aos questionamentos:

- Por que razão não se instalam banheiros no recinto da piscina, evitando que por preguiça ou comodidade, devido à distância deles da piscina, pessoas inescrupulosas urinem na água?
- Por que razão a única lanchonete no Clube que não se serve nas mesas é a da piscina?
- Por que razão não há esfiha de carne e só há de frango no Bar da Sede Social? (criança).
- Por que razão não se serve *milk shake* no Bar da Sede Social? (criança)
- Por que razão o amendoim do Videokê não é mais torrado na hora e agora é servido um muito salgado e de péssima qualidade? (essa é minha).
- Por que razão o Bilhar abre às 12 horas e o Bar da Sede Social somente às 15 horas?
- Por que razão o Bilhar fecha às 20 horas nos feriados? (essa também é minha).
- Por que razão o vestiário da piscina fecha às 22 horas em dias de semana e aos sábados duas horas antes, às 20 horas?

- Por que razão o valor do convite somente pode ser consumido em restaurantes e não nas lanchonetes? Se for por questão de controle, ao emitir o convite o convidado receberia “dinheiro” igual da festa Junina com data do dia (validade) para gastar aonde quisesse, inclusive na loja e revistaria.
- Por que razão não existe vestiário feminino na seção de Judô? (minha filha)”.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Presidente – Informou quantos Conselheiros tinham assinado a lista de presença e deu por encerrados os trabalhos às 23h52.

* * *

Obs: esta Ata foi aprovada na 516ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo, realizada no dia 25 de outubro de 2004, com as retificações já dela constantes.

Paulo Cesar de Arruda Castanho
Presidente do Conselho Deliberativo

Dulce Arena Avancini
Primeira Secretária do Conselho Deliberativo

mlf